

MEMÓRIA. JOÃO PESSOA.BR – INFORMATIZANDO A HISTÓRIA DO NOSSO PATRIMÔNIO

Maria Berthilde Moura Filha

Isabel van der Linden

*Pautília Costa Alves Cavalcanti*¹

RESUMO

Este projeto de extensão desenvolvido junto ao Departamento de Arquitetura da UFPB, teve por objetivo principal fazer chegar à população em geral informações sobre o patrimônio arquitetônico e urbanístico de João Pessoa, para que todos possam ter maior conhecimento sobre a história e a arquitetura da sua própria cidade, reforçando a relação entre o cidadão e o patrimônio edificado, consolidando a memória coletiva. Desta forma, a divulgação destas informações através de uma página na internet passa a constituir uma iniciativa de educação patrimonial, suscitando na população a atenção para com a preservação do patrimônio histórico da cidade de João Pessoa.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio; Cultura; Educação Patrimonial.

INTRODUÇÃO

As primeiras ações sistemáticas de preservação do patrimônio no Brasil datam da década de 1930, quando foi criado pelo Governo Federal, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Naquela época, dezenas de edifícios considerados de relevante valor para a manutenção da memória nacional foram tombados e passaram a ter a sua manutenção assegurada juridicamente, através do Decreto Lei 25/37, que instituía a conservação destes bens de interesse público, pelo fato de serem registros da história do nosso país, ou pelo “excepcional valor artístico” que possuíam.

Na Paraíba, vinte e um bens foram protegidos, ao longo dos anos, por esta ação de tombamento promovida pelo Governo Federal, sendo que destes, onze se situam no município de João Pessoa. Atualmente, é o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – herdeiro do dever de manter tal acervo.

Posteriormente, na década de 1970, a ação de proteção do patrimônio brasileiro foi descentralizada, com a criação de órgãos de preservação estaduais, cabendo a estes tombarem e assegurar a manutenção daqueles bens que eram parte da história e da produção artística local. Como consequência desta medida, na Paraíba, foi criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba. A partir de então, o IPHAEP passou a atuar no tombamento de edifícios, conjuntos edificados e sítios urbanos que relatavam o percurso histórico do Estado.

A criação destes órgãos estaduais de preservação foi resultado de decisões tomadas no 1º Encontro de Governadores de Estados, ocorrido em Brasília, em 1970, o qual tinha por objetivo “*o estudo da complementação das medidas necessárias à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional*”. O documento que resultou deste encontro de governadores, o “Compromisso de Brasília”, recomendava uma série de outras medidas essenciais para a salvaguarda do patrimônio, entre as quais tinha relevância a educação patrimonial.

Sobre esta questão, registrou o Compromisso de Brasília: “*Sendo o culto ao passado elemento básico da formação da consciência nacional, deverão ser incluídas nos currículos escolares, de nível primário, médio e superior, matérias que versem o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas e pré-históricas, das riquezas naturais, e da cultura popular (...)*”.²

Apesar de ser reconhecida como uma ação fundamental para a preservação do patrimônio, a educação patrimonial não foi devidamente valorizada pelos órgãos de fomento à cultura e de proteção do patrimônio no Brasil. A longo prazo, isto tem repercutido de forma negativa, pois apesar do nosso acervo patrimonial estar salvaguardado através do instrumento jurídico do tombamento, torna-se difícil obter o apoio da sociedade para a preservação destes bens, pois esta, por desconhecimento quanto à importância que os mesmos têm para manutenção da memória coletiva, não valoriza, e principalmente, rejeita as medidas de preservação impostas pelo poder público.

Com o objetivo de contribuir para sanar esta defasagem da população em relação ao conhecimento da sua própria história, contada através do acervo patrimonial tombado, surgiu a ideia do projeto de extensão denominado “Memória João Pessoa. Br – informatizando a história do nosso patrimônio”.

CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO E OBJETIVOS

O objetivo principal deste projeto é fazer chegar à população em geral, informações sobre o patrimônio arquitetônico e urbanístico da cidade de João Pessoa, para que todos possam ter maior conhecimento sobre a história e a arquitetura da sua própria cidade, reforçando a relação entre o cidadão e o lugar, consolidando a memória coletiva. Desta forma, a democratização destas informações passa a constituir uma iniciativa de educação patrimonial, suscitando na população a atenção para com a preservação do seu patrimônio histórico.

Para viabilizar a divulgação em massa destas informações tira-se partido dos recursos da informática, através da criação de uma página na internet, na qual são apresentados aos usuários setenta e cinco bens de interesse patrimonial, relevantes para a memória da cidade de João Pessoa.

Esta página teve por suporte para o seu desenvolvimento um trabalho já realizado: uma monografia de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, intitulada “Patrimônio arquitetônico e urbanístico de João Pessoa – um pré-inventário”.

Realizada no ano de 1985, esta monografia é, até o presente, uma referência para aqueles que se debruçam e dedicam ao conhecimento e preservação do patrimônio da cidade de João Pessoa, bem como para o estudo da história da sua arquitetura. Servindo sempre de fonte de consulta para estudantes e profissionais da área da arquitetura, este trabalho tem sido explorado, parcialmente, ao longo destes vinte anos, mas o seu conteúdo integral continua sendo de restrito acesso devido à inexistência de exemplares disponíveis para consulta.

Desta forma, visando disponibilizar as informações contidas no referido trabalho para ingresso aberto a toda a comunidade, foi colocada como meta deste projeto de extensão a digitalização do conteúdo do referido inventário, preparando-o para divulgação por meio virtual, tornando-o acessível a todos.

Na década de 1980, a execução de um inventário do patrimônio arquitetônico e urbanístico da cidade de João Pessoa representou o cumprimento de uma das recomendações contidas no já referido Compromisso de Brasília, o qual determinava: *“Caberá às universidades o entrosamento com bibliotecas e arquivos públicos nacionais, estaduais, municipais, bem assim os arquivos eclesiásticos e de instituições de alta*

*cultura, no sentido de incentivar a pesquisa quanto à melhor elucidação do passado e à avaliação de inventários dos bens regionais cuja defesa se propugna”.*³

Cumprido este objetivo inicial, constatou-se que o esforço de reunir informações sobre o nosso patrimônio não havia sido frutífero uma vez que estas apenas eram acessíveis aos estudantes e profissionais da área da arquitetura. Para que este esforço fosse validado, foi preciso esperar pelas possibilidades geradas pela internet, que oferece meios de divulgação de conhecimento, sem requerer investimentos consideráveis e atingindo um público alvo incalculável. Daí surgiu a idéia de informatizar a história do nosso patrimônio.

Ao concretizar esta idéia, o original trabalho acadêmico foi transformado em uma ação de educação patrimonial, e transcorridos mais de vinte anos, veio cumprir seu verdadeiro papel perante a sociedade. Isto ocorre tardiamente, pois já em 1976, a Carta de Nairobi colocava a educação entre as recomendações essenciais para a melhor preservação do patrimônio, referindo-se que “*A tomada de consciência em relação à necessidade da salvaguarda deveria ser estimulada pela educação escolar, pós-escolar e universitária e pelo recurso aos meios de informação tais como os livros, a imprensa, a televisão, o rádio, o cinema e as exposições itinerantes*”.⁴

Toma-se consciência que não há melhor forma de vermos nosso patrimônio preservado, do que educando e informando a população sobre sua real importância histórica e artística, e nos dias de hoje o meio de maior divulgação é mesmo o espaço virtual, aqui utilizado para dinamizar esta educação patrimonial.

ACÇÕES DESENVOLVIDAS E RESULTADOS OBTIDOS

Este projeto de extensão realizado no período de Junho a Dezembro de 2006, teve início com a revisão e digitalização de todo o conteúdo da monografia de conclusão do curso de arquitetura realizada em 1985, que serve de subsídio para o presente trabalho.

O conteúdo desta monografia foi integralmente mantido, porque a mesma constitui, hoje, um registro da história do patrimônio da cidade, por conter informações referentes aos setenta e cinco bens analisados na década de 1980. A estas informações foram acrescentadas outras atuais, tratando do estado de conservação, grau de proteção, propriedade, etc.

Estas informações foram lançadas em um banco de dados informatizado estando preparadas para serem disponibilizadas para consulta irrestrita por meio de um espaço virtual. Para uma consulta mais sistemática do conteúdo deste trabalho, foi elaborada uma ficha, que trata individualmente sobre cada um dos bens inventariados. (Figura 1)

Nesta ficha constam informações históricas acompanhadas de referências bibliográficas. O registro fotográfico é composto de fotos antigas, bem como aquelas constantes na monografia de 1985 confrontadas com imagens atuais. Há um campo reservado para a identificação do imóvel, acompanhado de um croqui de localização. Em outro quadro de caracterização, informa-se sobre época de construção, proteção existente e tipologia arquitetônica original. Uma vez que estes dados são referentes ao ano de 1985, há ao final de cada ficha um espaço reservado para informações atualizadas, além de links que remetem a trabalhos acadêmicos e referências bibliográficas específicos sobre aquele bem inventariado.

Portanto, um grande esforço foi necessário para a construção e organização destas fichas de cadastro, a principiar pela digitalização dos setenta e cinco croquis de localização dos imóveis, e cerca de 265 fotografias, sendo parte deste acervo um registro do percurso histórico destes bens patrimoniais, e parte, fotografias do ano de 1985, as quais demonstram o estado em que se encontrava o patrimônio da cidade naquela época.

Para além de apresentar estes setenta e cinco bens patrimoniais para os usuários, a página intitulada “memória.João Pessoa.Br”, tem espaço para informações sobre a história e evolução urbana de João Pessoa e sobre os órgãos de proteção do patrimônio atuantes na Paraíba.

Concluídas as etapas de produção das informações, a meta passou a ser a construção de uma base de dados informatizada que possibilitasse aos usuários uma consulta fácil, rápida e interativa ao conteúdo trabalhado. Concluído este banco de dados, o trabalho encontra-se pronto para ser disponibilizado em um espaço virtual permitindo a consulta irrestrita pela comunidade, cumprido-se a meta deste projeto. (Figura 2)

Aponta-se a relevância acadêmica deste projeto no sentido de vir a ser mais uma ferramenta de pesquisa para profissionais da área de arquitetura e urbanismo, sendo de interesse para aplicação em trabalhos acadêmicos, tendo assim o projeto proposto uma interface com o ensino e pesquisa por parte de discentes e docentes. No entanto, seu maior

mérito é constituir uma ação de educação patrimonial, divulgando de forma irrestrita o patrimônio arquitetônico e urbanístico de João Pessoa.

Este trabalho é válido, também, pela elaboração de uma base de dados informatizada, com possibilidade de vir a ser atualizada, em etapa posterior, de modo a oferecer não só as informações sobre o patrimônio da cidade de João Pessoa, mas de todo o Estado da Paraíba, ampliando futuramente o interesse dos usuários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Aécio Vilar de. *Filipéia, Frederica, Paraíba – os cem primeiros anos de vida social de uma cidade*. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1988.

BARBOSA, Cônego Florentino. *Monumentos Históricos e Artísticos da Paraíba*. João Pessoa: A União Ed., 1953.

HERCKMAN, Elias. Descrição Geral da Capitania da Parahyba. *Almanach do Estado da Parahyba*. Ano IX. Parahyba: [Imprensa Oficial], 1911.

LEAL, José. A evolução dos bcos metropolitanos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*. N. 20. João Pessoa, 1974. p. 51-58.

LEAL, Willis. *Memorial da Festa das Neves*. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1992.

MACHADO, Maximiano Lopes. *História da Província da Paraíba*. Vol I. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977.

MENEZES, José Luiz Mota. *Algumas notas a respeito da evolução urbana de João Pessoa*. Recife: Pool Editora, 1985.

MOURA NETO, Aníbal Victor de Lima e; MOURA FILHA, Maria Berthilde; PORDEUS, Thelma Ramalho. *Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico de João Pessoa: um pré inventário*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1985. Monografia de conclusão da graduação em Arquitetura.

NÓBREGA, Humberto. *Arte colonial da Paraíba: Igreja e Convento de Santo Antônio*. João Pessoa: Ed. Universitária/Universidade Federal da Paraíba, 1974.

PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a história da Paraíba*. Vol I. João Pessoa: Ed. da Universidade Federal da Paraíba, 1977.



NOTAS

1 – As autoras estão vinculadas ao Departamento de Arquitetura da Universidade Federal da Paraíba, e desenvolveram o projeto que gerou o presente artigo, através do Programa de Bolsas de Extensão – Probex/UFPB, no período de Junho a Dezembro de 2006. O projeto é coordenado pela Profa. Dra. Maria Berthilde Moura Filha, sendo Pautília Costa Alves Cavalcanti e Isabel van der Linden graduandas do curso de Arquitetura.

2 – Compromisso de Brasília. 1º Encontro dos Governadores de Estados, Secretários Estaduais da área cultural, Prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais. www.Iphan.gov.br

3 – Idem.

4 – Recomendação de Nairóbi. 19ª Sessão Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. www.Iphan.gov.br

	Identificação do Imóvel	
	Denominação: Sobrado Conselheiro Henriques	
	Logradouro: 81	Bairro: Centro
	Proprietário: CIA Usina São João	
	Caracterização do Imóvel	
	Época de Construção: Séc. XVIII	
	Tipologia Original: Arquitetura Civil de função privada	
Proteção: Tombado / IPHAEP		

Histórico:

Localizado à Praça João Pessoa , antiga Praça Comendador Felizardo, foi construído por iniciativa do Governador Camilo de Holanda com o fim específico de abrigar a Escola Normal é inaugurado em 30 de março de 1919.

Até então essa escola funcionava no antigo Palacete Presidencial, hoje Núcleo de Arte Contemporânea da UFPB . Contudo, aquelas acomodações já não mais atendiam a demanda dos alunos, tornando-se indispensável a construção de um novo edifício, compatível com as novas necessidades . Desse modo se partiu para edificar o predio em questão .

As obras foram iniciadas em 1917, seguindo o projeto do arquiteto Otávio Freire, o qual, a principio também as supervisionou. Porém, quando o edifício foi inaugurado, as mesmas estavam a cargo da firma Cunha e Di Lászio.

O projeto se enquadra no movimento eclético, e foi elaborado dentro das normas técnicas inerentes ao um bom funcionamento da atividade a que se destinava a edificação, tendo sido a Escola considerada na época uma das mais bem instaladas do país

Com a inauguração em 1939, do Instituto de Educação, atualmente Liceu Paraibano, a Escola Normal transformada então em Escola de Professores, foi transferida para aquela conjunto educacional.

Assim, em julho do mesmo ano, este veio a abrigar Tribunal de Apelação e outras repartições da justiça, sendo para tanto reformado e ampliado, passando a ter a denominação de Palácio da Justiça .

O Tribunal antes de aí se estabelecer já havia funcionado no prédio do antigo Tesouro Estadual - Local onde se encontra Comando Geral da Polícia, no Palácio do Governo, na antiga Faculdade de Direito e no pre'dio onde hoje funciona o Jornal "A União" , na Av general Osório. Além destes

Informações Complementares:	Mais fotos
	O imóvel hoje
	Trabalhos Acadêmicos
	Referências Bibliográficas

Figura 1 – Ficha cadastral desenvolvida para a apresentação dos bens patrimoniais inventariados



Figura 2 – Estudo desenvolvido para a apresentação da página na internet